



## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ “ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR E EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS”

Ana Lia Almeida<sup>1</sup>  
Andreia Marreiro Barbosa<sup>2</sup>  
Roberto Efrem Filho<sup>3</sup>

Nesta edição da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade, temos a satisfação de apresentar o dossiê “Assessoria Jurídica Popular e Extensão em Direitos Humanos”, sob a coordenação das professoras Ana Lia Almeida (UFPB), Andreia Marreiro Barbosa (UEPI) e Roberto Efrem Filho (UFPE). As organizadoras e boa parte das pareceristas que avaliaram os artigos propostos para o dossiê têm em comum trajetórias construídas dentro da universidade e implicadas em grupos de Assessoria Jurídica Popular (Ajup), participando dos encontros e desencontros das lutas sociais com o Direito. Por isso é tão especial trazer a público as reflexões que se encontram nas próximas páginas. Elas emergem das lutas sociais em que nos engajamos e exploram as possibilidades, limites e desafios de práticas universitárias que se pretendem dialógicas, ocupadas com o aprofundamento da experiência democrática e com um horizonte de transformação social.

Estamos diante, nesta edição da Revista DHT, de análises de experiências que se comprometem e tomam partido na produção desse horizonte. Isso se dá, no entanto, como nossos interlocutores alertam reiteradamente, em tempos duros, marcados por disputas acirradas em torno de modelos de sociedade, as quais se expressam em

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita – PB, Brasil. E-mail: [analiavalmeida@gmail.com](mailto:analiavalmeida@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora da Universidade Estadual do Piauí, Teresina – PI, Brasil. E-mail: [andreiamarreiro@fn.uespi.br](mailto:andreiamarreiro@fn.uespi.br)

<sup>3</sup> Professor da Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil. E-mail: [robertoefremfilho@gmail.com](mailto:robertoefremfilho@gmail.com)



diferentes dimensões de um mundo em crise, o que inclui a própria universidade. É por isso que, ao se dispor a analisar aquelas experiências de compromisso, os textos que se somam nesta edição oferecem também interessantes miradas das disputas sociopolíticas que atravessamos.

O dossiê “Assessoria Jurídica Popular e Extensão em Direitos Humanos” reúne 7 artigos relacionados a práticas de assessoria jurídica popular e extensão popular em Direitos Humanos voltadas, em seu cerne, ao enfrentamento de relações de poder e desigualdades de classe, gênero, sexualidade, territoriais e raciais. A seu modo, os artigos abordam conflitos sociais, reivindicações e violações de direitos, mobilizações sociais ou mesmo judiciais com que se teve contato em decorrência da implicação com as referidas práticas de Ajup e extensão popular em Direitos Humanos.

A autoria dos artigos é sobretudo de estudantes de graduação em Direito, algumas vezes acompanhadas por docentes orientadoras, que respondem em conjunto à chamada para o dossiê que realizamos na Revista DHT. Dessa forma, os artigos se voltam à análise daquelas práticas, considerando, por exemplo, as disputas sociais e judiciais de que participam, seu caráter mais ou menos normativo ou conflitivo, seu potencial de agenciamento com vistas ao reconhecimento de sujeitos e direitos e a suas repercussões junto a agentes de Estado e do Sistema de Justiça, assim como aos movimentos sociais assessorados e à universidade pública.

Os 7 artigos do dossiê resultam de pesquisas empíricas, realizadas a partir de perspectivas teórico-metodológicas próximas à etnografia, à observação-participante, à pesquisa-ação e/ou ao estudo de caso. Alguns dos artigos derivam de pesquisa documental atinente a mobilizações por direitos, inclusive no interior da universidade e junto a processos e decisões judiciais. Ademais, como se pode constatar da leitura dos textos, as análises desenvolvidas privilegiam teorias críticas, interseccionais, antirracistas, feministas, insurgentes, anticoloniais e/ou decoloniais do Direito e dos Direitos Humanos.



Acreditamos que, ao menos em parte, esse plexo de abordagens teóricas se deve a recentes processos de revisão do cânone, intimamente relacionados aos efeitos das políticas de ação afirmativa para acesso à Educação Superior no país e à consequente pluralização dos nossos fundamentos epistemológicos. Tendo isso em vista, quando propusemos o dossiê, miramos explicitamente a inclusão de bibliografia negra, indígena, latino-americana e caribenha. Esperávamos, desse modo, que o dossiê contribuísse com as discussões sobre assessoria jurídica popular e extensão popular em Direitos Humanos, promovendo interessante contato entre distintas experiências e estimulando a pluralidade dos modos de fazê-las. Parece-nos que os 7 artigos aqui reunidos demonstram, com habilidade, que nós atingimos esse objetivo – empreitada que decorre menos dos nossos esforços como organizadoras do dossiê e mais do muito diverso e produtivo “estado da arte” das atividades desempenhadas, Brasil afora, pelos coletivos de Ajup e extensão popular em Direitos Humanos.

O dossiê “Assessoria jurídica popular e extensão em Direitos Humanos” visibiliza a relevância do exercício de produção de conhecimento em estreito diálogo com movimentos sociais e, mais amplamente, lutas sociais e formas de organização popular. Sendo assim, demonstra as potencialidades da assessoria jurídica popular e da extensão popular em Direitos Humanos como catalisadoras da pesquisa científica. Trata-se, em verdade, de um investimento a que nós que organizamos este dossiê nos dedicamos, na tentativa de fazer da Ajup um espaço-tempo de experimentação de análise social, que avança no debate acadêmico na medida em que reforça seus laços com os sujeitos políticos e lutas sociais que acompanhamos cotidianamente. Dito de outra maneira, trata-se do exercício público de uma intelectualidade orgânica, nos termos com que Gramsci (2006) a concebeu.

Ana Lia Almeida (2015) dedicou sua pesquisa doutoral às práticas de grupos de assessoria jurídica universitária popular na região Nordeste; e vem defrontando-se analiticamente com categorias fundamentais da Teoria do Direito — como é o caso do “sujeito de direito” — a partir dos conflitos sociais em que se engaja em razão da Ajup



(Almeida, 2024). Andreia Marreiro Barbosa (2015) tem desenvolvido pesquisas sobre marcos da teoria crítica do direito, profundamente motivada pelas inquietações que sua pertença à Ajup despertou desde o seu curso de graduação. A seu tempo, Roberto Efrem Filho (2025; 2023) vem tomando as práticas de assessoria jurídica popular como disparadoras da pesquisa etnográfica, convergindo atenção especial aos limites e desafios que as lógicas jurídicas e a linguagem dos direitos impõem à produção do conhecimento.

Nossos esforços de pesquisa, claro, acham-se associados a um conjunto maior e por vezes mais antigo de iniciativas de Ajup que envolvem desde redes nacionais, como a Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária Popular (RENAJU), a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RANAP) e a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Quilombolas (RENAAQ), até organizações de Direitos Humanos, como a Terra de Direitos e a Justiça Global, além de instituições dirigidas à pesquisa, sobretudo o Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) e a Rede de Estudos Empíricos em Direito (REED). Seria impossível mencionar, neste texto breve de apresentação, todas as pesquisadoras e os pesquisadores que compõem esses coletivos e participam intensamente dos debates em torno da Ajup. Destacamos, contudo, que trabalhos como os de José Geraldo de Souza Júnior (2008), Flávia Carlet (2010), Diego Diehl (2022), Fabiana Severi (2016), Flávia Pita (2020), Júlia Ávila Franzoni (2018), Luiz Otávio Ribas (2015), Maria José Andrade de Souza (2019), Mariana Trotta Dallalana Quintans (et. al, 2023), Thiago Hoshino (2020), Ricardo Prestes Pazello (2014), Antônio Sérgio Escrivão Filho (2017), Ana Cláudia Milani e Silva e Leandro Franklin Gorsdorf (2020) são especialmente influentes na forma como nós mesmas encaramos a Ajup como prática de produção de conhecimento.

Igualmente influentes são os trabalhos desenvolvidos por docentes do Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ) da Universidade Federal da Paraíba, onde Ana Lia Almeida atua como professora desde 2009 e Roberto Efrem Filho atuou entre 2009 e 2025. O chamado Curso de Direito de Santa Rita, a cidade em que o DCJ



mantém o seu curso de graduação, notabilizou-se na última década e meia por concentrar professoras e trabalhos de pesquisa voltados à assessoria jurídica popular e à extensão popular em Direitos Humanos. Esses trabalhos situam-se em grupos já consolidados de pesquisa e extensão, como o NEP — Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, o Lapsus — Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública, o Loucid — Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania, o Obuntu — Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais e o Grupo Marias, além de coletivos formados mais recentemente, como o Kizomba — Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Quilombagem e o “Caminhos do Trabalho: promoção da saúde dos trabalhadores de cooperativas de Santa Rita – PB”.

Em suas trajetórias de produção intelectual, docentes coordenadoras desses grupos vêm encetando conhecimento a partir de práticas de Ajup e extensão popular em Direitos Humanos, o que se expressa inclusive em diversas de suas teses de doutorado e dissertações de mestrado. É o caso das pesquisas de Almeida e Efrem Filho já mencionadas, mas também da dissertação de Eduardo Fernandes de Araújo (2008) e das teses de Hugo Belarmino Morais (2021), Nelson Gomes de Sant’Ana e Silva Junior (2017), Ludmila Cerqueira Correia (2018) e Tatyane Guimarães Oliveira (2018). Essas docentes já se encontravam vinculadas à UFPB como professoras efetivas quando desenvolveram suas pesquisas pós-graduadas em diferentes universidades do país, como a Universidade de Brasília, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Estadual de Campinas, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a própria UFPB. Conhecer seus trabalhos é reconhecer a pluralidade de questões divisadas a partir das práticas extensionista e de Ajup. Fernandes (2008) perscrutou direitos de comunidades quilombolas. Morais (2021) abordou conflitos territoriais em torno da água na Paraíba. Silva Júnior (2017) debateu, a partir da criminologia crítica, políticas criminais e justiça penal. Correia (2018), por sua vez, tratou de experiências de assessoria jurídica popular na reforma psiquiátrica brasileira. E Oliveira (2018) dedicou-se à análise da aplicação da Lei Maria da Penha no Poder



Judiciário paraibano. São pesquisas indivisíveis das atividades dos grupos de pesquisa e extensão anteriormente citados.

Além desses trabalhos, nota-se no DCJ uma recente ampliação de esforços de pesquisa advindos de professoras que ou já se acham na UFPB há algum tempo, como acontece com Roberta Candeia Gonçalves (2019), ou que, vindas de outras instituições, passaram a convergir trabalhos anteriores com o desenvolvimento de práticas de Ajup e extensão popular em Direitos Humanos no DCJ, como se dá com Arthur Bastos Rodrigues (2022), Clarissa Cecília Ferreira Alves (2019) e Gilmara Joane Macedo de Medeiros (2019). Algumas dessas docentes realizaram trabalhos de pesquisa teórica, outras partiram de universos empíricos relativamente distantes da Ajup, mas hoje todas fazem com que essas produções anteriores colaborem para a reflexão acerca das atividades de Ajup e extensão popular em Direitos Humanos, compondo coletivos de pesquisa e extensão já existentes no DCJ ou criando novos. Há, ainda, docentes recém-ingressas no DCJ e que, com trajetória na Ajup, já acumulavam produção notável a esse respeito, como Bruna Stéfanni Soares de Araújo (2022), Eloísa Dias Gonçalves (2025) e Rodrigo Portela Gomes (2022). Consequência notável desse incremento de docentes e trabalhos de pesquisa está na diversificação teórico-metodológica para a compreensão tanto das práticas extensionistas e de Ajup quanto dos conflitos sociais e dos processos de Estado junto aos quais essas práticas se localizam: já presentes, abordagens feministas e antirracistas se multiplicaram, assim como cresceu o impacto das discussões relacionadas ao campo “Direito e Relações Raciais”.

É nesse contexto que o dossiê “Assessoria Jurídica Popular e Extensão Popular em Direitos Humanos” tem lugar na Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade. Trata-se, como se vê, de um contexto raro nas faculdades de Direito no país, capaz de promover uma experiência de formação acadêmica que guarda nas lutas por direitos o eixo organizador do aprendizado e da produção de



conhecimento. Os artigos a seguir descritos comprovam, com felicidade, o que estamos a dizer.

\*\*\*

Escrito por Cecília Café Baldani e Mariana Trotta Dallalana Quintans, o artigo “O NAJUP Luiza Mahin e o direito à moradia adequada: os trabalhos de Assessoria Jurídica Universitária Popular desenvolvidos nas ocupações urbanas do centro do Rio de Janeiro” analisa as principais atividades empreendidas em ocupações urbanas do Rio de Janeiro pelo Núcleo de Assessoria jurídica Universitária popular (NAJUP). Dentre essas atividades, apresentam-se rodas de conversa, produção de cartilhas e notas técnicas no apoio à luta por moradia digna junto aos movimentos sociais.

Já o artigo “A atuação da AJP em processos judiciais de reintegração de posse: do acampamento Leonir Orback à luta pela função social da posse agrária” examina, a partir de um relato de experiência da Assessoria Jurídica Popular (AJP) em ações de reintegração de posse envolvendo movimentos sociais do campo no estado de Goiás, o potencial da advocacia popular ao lado das lutas sociais. De autoria de Diego Augusto Diehl, Esloane Gonçalves Rodrigues, Cleuton César Ripol de Freitas e Juliana Gonçalves Moreno Barbosa, o artigo traz o debate da função social da posse e, sobretudo, a atuação da AJP na afirmação de direitos e no fortalecimento de demandas coletivas.

Baseado nas ações do Projeto Caminhos do Trabalho e assinado por Luana Barbosa de Aguiar, Naylton Lima da Cruz, Maycon Leopoldino Ferreira da Silva e Manuela Dantas de Paiva Pimenta, o artigo “Assédio moral: prevenção, reconhecimento jurídico e reparação integral — uma análise a partir de um estudo de caso” discute o assédio moral como um fator determinante no adoecimento laboral.

Visa, com isso, a compreender de que maneira a violência psicológica no ambiente de trabalho repercute na saúde física e mental dos trabalhadores brasileiros



e como a invisibilidade estatística desses adoecimentos impacta no reconhecimento dos seus direitos.

Por sua vez, o artigo “Vozes em extensão no ensino médio público de Iguatu/CE: desafios e potencialidades da educação em direitos humanos na formação de novas cidadanias”, de Moádylla Gabriela Sobreira de Oliveira, Maria Eugênia Melo de Lavor, Mariana Lacerda Cervantes de Carvalho e Fernando Menezes Lima, analisa a Educação em Direitos Humanos (EDH) a partir da experiência do Projeto Popular em Direitos Humanos em Iguatu-CE. Procurando compreender como a abordagem adotada pela EDH aproxima a teoria e a prática dos direitos fundamentais, os autores utilizam relatos de estudantes para discutir como a prática extensionista, ao vocalizar sujeitos sociais posicionados à margem, esteia a reflexão crítica e a imaginação de novos futuros.

O artigo “A assessoria jurídica universitária popular como ferramenta de enfrentamento das desigualdades de gênero na Universidade: o Restaurante Universitário da UFPB e a luta das discentes mães pelo reconhecimento do direito à maternidade estudantil”, de autoria de Bianca Vitória da Silva Duarte, Camila Freitas Farias e Nicole Dantas Aquino, tematiza o enfrentamento das desigualdades de gênero dentro da universidade, apresentando a atuação do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) junto ao coletivo de discentes mães da UFPB. A partir da adoção da metodologia de pesquisa participante, o trabalho demonstra como práticas jurídicas populares fortalecem o protagonismo das estudantes mães e contribuem para a construção de políticas institucionais mais justas e inclusivas.

Buscando analisar os desafios inerentes ao retorno das atividades presenciais dos grupos de AJUP no contexto pós-pandêmico, o artigo “Os desafios da retomada pós-pandemia: entre o legado do isolamento e a reconstrução coletiva das Assessorias Jurídicas Populares”, de Paloma Serafim de Barros, vale-se dos registros das reuniões e encontros assíncronos realizados pelo Núcleo de Extensão Popular Flor de



Mandacaru (NEP) para embasar suas discussões, considerando especialmente a valorização do diálogo com os movimentos sociais.

Por fim, o artigo “Visibilizando Invisíveis: a Atuação da AJUP UEMG Ituiutaba com Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade”, de autoria de Ana Carolina de Moraes Colombaroli, Deíse Camargo Maito, Ana Clara Fandim Barboza e Emily Marcelly Neves, aponta para a necessidade teórico-metodológica de incentivar o protagonismo dos sujeitos das lutas sociais, apresentando uma sistematização de experiências decorrentes do trabalho desenvolvido em AJUP da UEMG - Ituiutaba junto a familiares de pessoas encarceradas, discernindo as ações desenvolvidas e analisando criticamente sua própria atuação.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ana Lia. Despejadas: um debate sobre sujeito de direito a partir do caso da Ocupação Mulheres Guerreiras em João Pessoa. *Direito & Práxis*, n. 15, v. 4, 2024.

ALMEIDA, Ana Lia. *Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da assessoria jurídica universitária popular*. 2015. Tese de Doutorado em Direito, CCJ/UFPB, 2015.

ALVES, Clarissa Cecília Ferreira. *Heroínas ou servas do capital? Trabalho reprodutivo migrante e o controle social da força de trabalho de mulheres*. 2019. Tese de Doutorado em Ciências Jurídicas, CCJ/UFPB, 2019.

ARAÚJO, Eduardo Fernandes de. *Agostinha – Por três léguas em quadra: a temática quilombola na perspectiva global-local*. 2008. Dissertação de mestrado em Ciências Jurídicas, CCJ/UFPB, 2008.

ARAÚJO, Bruna Stéfanni Soares de Araújo. *Ser família não é crime! Lutas de familiares de pessoas privadas de liberdade como produção do conhecimento jurídico*. 2022. Tese de Doutorado em Direito, FD/UNB, 2022.



- BARBOSA, Andreia Marreiro. *Uma fotografia da obra de Roberto Aguiar: possibilidades para pensar o direito sob outras lentes*. 2015. Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania, UNB, 2015.
- CARLET, Flávia. *Advocacia popular: práticas jurídicas e sociais no acesso ao direito e à justiça aos movimentos sociais de luta pela terra*. Dissertação de Mestrado em Direito, FD/UNB, 2010.
- CORREIA, Ludmila Cerqueira. *Por uma pedagogia da loucura: experiências de assessoria jurídica popular universitária no contexto da reforma psiquiátrica brasileira*. 2018. Tese de Doutorado em Direito, FD/UNB, 2018.
- DIEHL, Diego Augusto. O lugar da assessoria jurídica popular como práxis de educação popular freireana: a atuação do NAJUP Josiane Evangelista no Acampamento Leonir Orbhak (MST-GO). *Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais*, n. 8, v. 2, p. 147–168, 2022.
- EFREM FILHO, Roberto. Etnografando a norma: sobre lutas por direitos em contextos de violência. *Tempo Social*, n. 37, v. 3, 2025.
- EFREM FILHO, Roberto. Confrontar o presente: a crise democrática a partir do setor de Direitos Humanos do MST. *Horizontes Antropológicos*, ano 29, n. 65, 2023.
- ESCRIVÃO FILHO, Antonio Sérgio. *Mobilização social no direito e expansão política da justiça: análise do encontro entre movimento camponês e função social*. 2017. Tese de Doutorado em Direito, UNB, 2017.
- FRANZONI, Júlia Ávila. *O direito & o direito: estórias de Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial*. 2018. Tese de doutorado em Direito, UFMG, 2018.
- GOMES, Rodrigo Portela. *Kilombo: uma força constituinte*. 2022. Tese de doutorado em Direito, FD/UNB, 2022.
- GONÇALVES, Eloísa Dias. A atuação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região nos conflitos fundiários coletivos após a ADPF 828: análise a partir do controle do STF. *InsURGência: revista de direitos e movimentos sociais*, n. 11, v. 1, 2025.



GONÇALVES, Roberta Candeia. *O circuito místico do direito como poder e violência: indecibilidade, derrotabilidade, espaços sem povo*. 2019. Tese de doutorado em Direito, FD/UNB, 2019.

SILVA, Ana Cláudia Milani e; GORSODORF, Leandro Franklin. O direito à cidade entre os ecos do #elenão: a cidade como obra a partir dos corpos na rua. *Direito & Práxis*, n. 11, v. 1, p. 645-665, 2020.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, v. 2. Trad. Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. *O direito virado no santo: enredos de nomos e axé*. 2020. Tese de Doutorado em Direito, UFPR, 2020.

MEDEIROS, Gilmara Joane Macedo de. *Os Direitos Humanos e as metamorfoses do tempo: compreendendo a sua (re)invenção crítica*. 2019. Tese de doutorado em Direito, FD/UNB, 2019.

MORAIS, Hugo Belarmino de. *Dos cantos de Acauã à dialética da Asa Branca e do Assum-Preto: cercamentos, conflitos e resistências no Novo Caminho das Águas – Paraíba, Brasil*. 2021. Tese de Doutorado em Sociologia e Direito, UFF, 2021.

PAZELO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*. 2014. Tese de Doutorado em Direito, UFPR, 2014.

PITA, Flávia Almeida. *Com que roupa eu vou pro samba que você (não) me convidou?: Entre desventuras da personificação jurídica e insurgências das lutas pelo trabalho associado popular*. 2020. Tese de Doutorado em Sociologia e Direito, UFF, 2020.

OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. *“Acredita no que eu tô dizendo pelo amor de Deus”*: aplicação da Lei Maria da Penha e as contradições de uma justiça (vio)lenta. 2018. Tese de Doutorado em Mulheres, Gênero e Feminismos, NEIM/UFBA, 2018.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; TAVARES, Ana Claudia Diogo; VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Campo jurídico, direito à moradia digna e ADPF 828. *Suprema: Revista de Estudos Constitucionais*, n. 3, v. 1, p. 283–322, 2023.



RIBAS, Luiz Otávio. *Direito insurgente na assessoria jurídica de movimentos populares no Brasil (1960 – 2010)*. 2015. Tese de Doutorado em Direito, Faculdade de Direito/Uerj, 2015.

SEVERI, Fabiana Cristina. O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres. *Direito & Práxis*, n. 7, v. 1, p. 80-115, 2016.

SILVA Junior, Nelson Gomes de Sant'Ana e. *Política criminal, saberes criminológicos e justiça penal: que lugar para a Psicologia?* 2017. Tese de Doutorado em Psicologia, CCHLA, UFRN, 2017.

SOUZA, Maria José Andrade de. *A atuação da AATR nos conflitos agrários na Bahia: uma análise nas fronteiras (im)precisas das lutas em torno na lei*. 2019. Tese de doutorado em Sociologia e Direito, ICHF/UFF, 2019.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. *Direito como liberdade: o Direito Achado na Rua: experiências populares emancipatórias de criação do direito*. 2008. Tese de Doutorado em Direito, UNB, 2008.

RODRIGUES, Arthur Bastos. *O protagonismo do direito social na mediação dos conflitos no Brasil: o cotidiano dos processos trabalhistas no Conselho Nacional do Trabalho*. 2022. Tese de Doutorado em Sociologia e Direito, UFF, 2022.